



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**LAYS EDUARDA MENDES DA SILVA  
ORIENTADOR: JUAREZ NOGUEIRA LINS**

**LÍNGUA PORTUGUESA E INCLUSÃO SOCIAL: DIFICULDADES E  
PERSPECTIVAS PARA SALA DE AULA**

**GUARABIRA – PB  
2014**

**LAYS EDUARDA MENDES DA SILVA**

**LÍNGUA PORTUGUESA E INCLUSÃO SOCIAL: DIFICULDADES E  
PERSPECTIVAS PARA SALA DE AULA**

*Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba – UEPB, Campus III, orientado pelo  
professor Dr. Juarez Nogueira Lins em  
cumprimento aos requisitos para a obtenção  
do grau de Licenciado em Letras.*

**GUARABIRA - PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586l Silva, Lays Eduarda Mendes da  
Língua portuguesa e inclusão social [manuscrito] :  
dificuldades e perspectivas para sala de aula / Lays Eduarda  
Mendes Da Silva. - 2014.  
17 p.

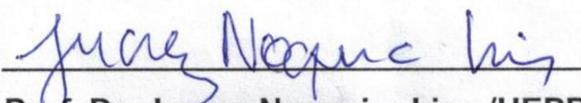
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.  
"Orientação: Juarez Nogueira Lins, Departamento de Letras".

1. Educação Inclusiva 2. Ensino-Aprendizagem 3. Língua  
Portuguesa. I. Título.

21. ed. CDD 410

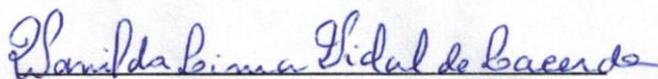
LAYS EDUARDA MENDES DA SILVA

LÍNGUA PORTUGUESA E INCLUSÃO SOCIAL: DIFICULDADES E  
PERSPECTIVAS PARA SALA DE AULA



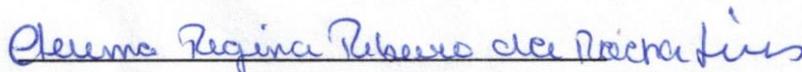
Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins /UEPB

Orientador



Prof. Dra. Wanilda Lima Vidal de Lacerda /UEPB

Examinador



Prof<sup>as</sup>Ms. Cleuma Regina Ribeiro da Rocha Lins/ UEPB

Examinadora

Aprovada em 06/11/2014

GUARABIRA – PB

2014

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2 REVISÃO DE LITERATURA .....	9
2.1 INCLUSÃO E ENSINO: O DEBATE ATUAL .....	9
3 A ARTICULAÇÃO ENTRE INCLUSÃO E LÍNGUA PORTUGUESA .....	11
4 LINGUAGEM E INCLUSÃO NA SALA DE AULA.....	11
5 O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E A INCLUSÃO .....	12
6 OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DE ESCOLA PUBLICA.....	13
7 INCLUSÃO: AS PERSPECTIVAS PARA AS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. .....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	16
REFERÊNCIAS.....	17

## 02450 - LETRAS

**Língua portuguesa e inclusão social: dificuldades e perspectivas para sua sala de aula.**

**Autora: Lays Eduarda Mendes da Silva  
Orientador: Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins**

### **RESUMO**

Pensar em educação inclusiva para alunos com necessidades especiais hoje em dia é debruçar-se sobre um panorama educacional em crise principalmente nesse setor, desse modo é de vital importância a definição dos alunos que carecem do atendimento adequado para o desenvolvimento acadêmico requerido por cada série de estudo é um grande passo no processo de ensino-aprendizagem. Este artigo tem como objetivo discutir acerca do processo de inclusão social de PNEs, e analisar se os professores regentes de Língua Portuguesa do ensino fundamental, estão preparados para atender turmas com alunos que apresentam diversas dificuldades e os PNEs. Este trabalho contribui para reflexão acerca dos passos a serem dados para conseguirmos ter uma educação inclusiva com ênfase no uso da língua portuguesa como precursora deste processo. Como apoio utilizei da teoria dos seguintes autores (FREIRE, 1996), (Sasaki, 1997), (GUEBERT 2007), (Baptista, 2003). A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, nesta etapa foi feita a seleção de livros, revistas, internet, artigos utilizando como base dos teóricos para explicar a pesquisa levantada.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, ensino-aprendizagem, Língua Portuguesa

## **Língua portuguesa e inclusão social: dificuldades e perspectivas para sua sala de aula.**

### ABSTRACT

Thinking about inclusive education for students with special needs today is to look into an education landscape in crisis especially in this department, thus it is vital to define students who need adequate services to the academic development required for each grade of study, it is a big step in the teaching-learning process. This article aims to discuss about the social inclusion of PNEs process, and analyze if the school teachers of Portuguese elementary school, are prepared to attend classes with students who have various difficulties and PNEs. This work contributes to the reflection on the steps to take to have an inclusive education with emphasis on the use of Portuguese as the precursor of this process. To support my search I used the theory of these authors (Freire, 1996), (Sasaki, 1997), (GUEBERT 2007), (Baptista, 2003). The methodology used in this research was qualitative in bibliographic nature, in this step was made the selection of books, magazines, internet, utilizing articles as the basis of theoretical models to explain the research raised.

**Keywords:** Inclusive Education, teaching and learning, Portuguese Language.

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que, o processo de inclusão social nas escolas públicas brasileiras não é uma tarefa fácil. E as dificuldades encontradas no ambiente escolar para que ocorra essa inclusão podem ser diversas, como a falta de apoio familiar, a falta de estrutura adequada da escola, além disso, poucos profissionais da área da educação estão preparados para atender em suas salas de aula, geralmente repletas de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem e os alunos com necessidades educacionais especiais seriam, conforme a Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001 estabelece em seu artigo 5º, aqueles que apresentam durante o processo educacional:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares

[...]

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p. 70)

É prudente mencionar que a partir de janeiro de 2008, passou a serem considerados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como público alvo da educação especial, os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no qual o uso da terminologia “necessidades educacionais especiais” torna-se retrógrado.

É necessário dar um apoio pedagógico maior para os professores, para que os mesmos possam atender seus alunos com mais eficácia; já que inclusão não é apenas juntar os alunos Portadores de Necessidade Especiais - PNEs aos demais, é um processo de socialização e de trocas de conhecimento entre professores e alunos. E para que ocorra essa troca são necessárias, várias mudanças na estrutura

da escola, no processo pedagógico e principalmente na capacitação dos professores, para que eles possam desenvolver boas práticas inclusivas.

Por esse motivo é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É o pensar criticamente acerca da prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 1996, p. 39).

Através deste estudo foi possível conhecer um pouco mais sobre a importância da inclusão social escolar para a sociedade e principalmente para os PNEs. E desta forma foi possível citar alguns conceitos que precisam ser quebrados para a inclusão escolar, e desta forma, ajudar na melhoria do sistema de ensino aprendizagem que venha beneficiar a todos os alunos, e principalmente os PNEs, e contribuir também para um processo de inclusão social de qualidade.

A metodologia utilizada neste trabalho usados foram pesquisa bibliográfica, nesta etapa foi feita a seleção de livros, revistas, internet, artigos e pesquisas teóricas, nesta etapa foi feita análise de determinadas teorias, sempre utilizando como base dos teóricos para explicar a a pesquisa levantada.

O respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59).

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Neste item abordaremos o tema em discussão, com enfoque sobre o a educação inclusiva no ensino atual de modo que haja um comparativo sobre o modo de ensino empregado e o desejado conforme realidade atual das escolas publicas, com reflexo nacional de amostragem sobre o ensino de educação especial.

### **2.1 INCLUSÃO E ENSINO: O DEBATE ATUAL**

A inclusão social aliado ao ensino de língua portuguesa deve abranger todos os alunos de modo que haja o abandono do modo seletivo e classificador que existe na forma de ensino atual. Sendo assim a língua portuguesa como precursora do ensino desde o primário até o mais avançado nível de ensino deve em sua grade curricular buscar atender as necessidades educativas não supridas por alunos com dificuldades como afirma Sasaki, (1997):

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: “representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado”. (SASSAKI, 1997, p.18)

Atualmente, fala-se muito em inclusão social, porém sabemos que a maioria das escolas e seus professores não estão preparados para a realização desse processo. É necessária uma visão maior, para esse processo uma mudança na mente e nos valores da escola, da sociedade como um todo.

Conforme Baptista (2003), a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, ou seja, a escola deve se adaptar às necessidades do aluno e não o contrário.

Somente com uso de uma nova ótica renovadora de educação, da escola, do currículo e do indivíduo, seremos capazes de manter um debate acerca da educação inclusiva de boa qualidade para todos nas escolas públicas regulares.

A exclusão social ocorre não apenas com ausência de escolaridade, contudo em detrimento do abandono aliado ao insucesso escolar do indivíduo. Modificar conceitos e práticas de ensino e aprendizagem para o efetivo sucesso de todos educandos sinaliza para alterações das práticas escolares, das políticas públicas e da cultura de escola (BOOTH & AINSCOW, 2001).

Uma grande dificuldade atualmente para um processo de ensino aprendizagem adequado é a estrutura das escolas e a falta de capacitação adequada para os profissionais da educação que irão trabalhar com alunos PNEs, a escola pública com disse PARO *apud* BASTOS, 2002:

[...] A escola pública tem baixa qualidade, antes de tudo e principalmente, porque não oferece o mínimo necessário para a criança e o adolescente construírem-se como seres humanos, diferenciados do simples animal. Quando se fala em educação para a formação do cidadão é esse pressuposto que deve estar por trás: o de que, como condição para elevar-se a um nível humano de *liberdade*, diferenciado-se da mera *necessidade* natural, o indivíduo precisa *atualizar-se* historicamente pela apropriação de um mínimo do saber alcançado pela sociedade da qual ele faz parte. (PARO *apud* BASTOS, 2002, p. 61)

Nesse contexto a educação pública deve buscar meios eficazes para busca de inclusão social unida com a língua portuguesa, como facilitadora nesse processo.

### **3 A ARTICULAÇÃO ENTRE INCLUSÃO E LÍNGUA PORTUGUESA**

A língua portuguesa no contexto de uma educação inclusiva deve abranger todos os alunos que a frequentam, abandonando o vício da homogeneidade tão presentes na escola tradicional – seletiva e classificatória – que encara a diferença como anormalidade a ser afastada. Para garantir esta concretização torna-se necessário mudanças nos conceitos e práticas de ensino e aprendizagem, políticas públicas e cultura escolar

De acordo com Guebert, (2007) o processo de inclusão escolar:

“...necessita de ações eficazes que garantam os desenvolvimentos intelectual, social, afetivo e profissional da clientela a qual se destina. Para tanto, faz-se necessário subsidiá-lo com uma filosofia que inter-relacione as situações existentes com os ideais necessários, de modo que, qualitativamente, compreenda a diversidade nos diferentes serviços educacionais [...] assim atendendo ao princípio do pragmatismo, que tem as experiências e o pensamento como instrumento de transformação” (GUEBERT 2007, p. 21).

A língua portuguesa praticada com vistas a inclusão deve ser possibilitar o desenvolvimento do indivíduo permitindo que ocorra o pleno avanço cognitivo de cada aluno. Conforme argumenta Ferreira (2005, p. 72): o desenvolvimento de qualquer sujeito está articulado com sua constituição orgânica, contudo é fundado e constituído na vida coletiva” “É nas relações sociais que se concretiza a aprendizagem. Ou seja, a escola pode ser concebida “como um espaço privilegiado de vivência compartilhada de atividades humanas” (2005, p. 73). Desse modo se justifica assim a inclusão como caminho para o desenvolvimento do indivíduo.

### **4 LINGUAGEM E INCLUSÃO NA SALA DE AULA**

A palavra quando escrita é instrumento mais eficaz para a interpretação, fixação e expressão da cultura e dos conhecimentos científicos e técnicos da sociedade, ou seja, a leitura constitui a mais importante atividade de aquisição de saberes.

Todo o esforço que se despende no processo de ensino aprendizagem busca transmitir como mensagem o conhecimento, entretanto o ápice deste caminho se alcança na fusão da teoria e pratica tão necessário e aparentemente divergente permite um resultado único como anuncia Vygotsky (1989):

[...] o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humana da inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem. (VYGOTSKY, 1989:24)

Todo processo educativo exige linguagem, é ela que vai influenciar na criança sua capacidade de se comunicar e assim levando o aluno a conhecer o mundo em que se encontra.

## **5 O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E A INCLUSÃO**

As práticas de ensino que surgem a partir da política da inclusão escolar, inclusive as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com necessidades educacionais especiais, são ainda recentes no nosso país.

Como responsável pelo princípio inicial da formação acadêmica de cada aluno o professor de língua portuguesa precisa dominar as formas mais diversas de possibilitar a comunicação com seu público alvo. Vale salientar que este deve partir do ponto inicial, o estímulo a leitura principalmente no tocante a alunos com necessidade educacionais especiais.

Cabe ao professor promover interação no ambiente de ensino como diz Stainback e Stainback, (1999):

“...a socialização é um aspecto importante para uma inclusão escolar bem-sucedida, pois a convivência dos alunos com necessidades educacionais especiais em ambientes comuns e as interações sociais que se estabelecem servem para aumentar uma variedade de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, bem como para proporcionar aos alunos proteção, apoio e bem-estar no grupo. (STAINBACK e STAINBACK, 1999)”.

O incentivo a leitura para a plena leitura, exige-se mais do que a simples decifração dos caracteres. Por isso, nos dias atuais se distingue entre analfabetismo total e analfabetismo funcional: faz-se referencia a este quando uma pessoa, apesar de saber ler, escrever e executar operações aritméticas simples possui um horizonte cultural tão limitado que carece de motivação para aproximar-se da informação disponível em forma de texto escrito, seja de caráter pratico, seja de tipo cultural ou recreativo. Isso, evidentemente, torna inútil seu conhecimento das noções básicas

de leitura e escrita e não lhe permite sair da situação de pobreza cultural que se acentua com o passar dos anos.

Considera-se, portanto, que não basta ensinar a ler, mas é necessário criar o hábito da leitura. Promovem-se, para isso, no meio escolar e depois no meio habitual, ações de sensibilização e de animação para a leitura, com a criação de bibliotecas públicas ambulantes, a edição de livros com valores acessíveis, clubes ou círculos de leitura, cantinho da leitura, etc.

A tarefa de incentivo à leitura deve apresentar-se com o atrativo das atividades lúdicas e insistir na vertente criativa. O estímulo deve ocorrer sob o signo da criatividade, para responder às exigências de aperfeiçoamento pessoal e assim suprimir a influência uniformizadora do ensino tradicional. O objetivo primordial é, acima de tudo, levar o leitor ao potencial da descoberta do valor lúdico do livro, e que essa descoberta o ajude na leitura ativa e o leve a identificar a diversidade de materiais que se encontram a seu alcance.

A leitura é uma alternativa para inclusão e também uma atividade construtiva e criativa e deve ser pensada como ato existencial. É inegável a sua importância na formação de leitores críticos e participativos, capazes de ler para conhecer o mundo, conscientes de seu papel na sociedade. Nessa atividade, a tarefa do professor é vital como mediador nas trocas que se estabelecem para a construção da aprendizagem.

## **6 OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA**

A inexistência de profissionais cuja formação acadêmica os capacite para o ensino inclusivo em escolas públicas é notório. Porém esse fato não é de responsabilidade desta categoria, uma vez que a grade curricular dos cursos de formação, não vislumbram o preenchimento dessa lacuna. Diante desse fato há a necessidade de um professor especializado. O termo professor especializado, conforme a Resolução CNE/CEB N° 2 estabelece, se refere àquele que desenvolveu: (BRASIL, 2001, p. 78)

[...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos

atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Art. 18, § 2º)

Mantoan (2003) argumenta que há uma dificuldade acerca da definição de quais alunos são de fato especiais no processo de ensino, em detrimento que a maioria dos alunos que fracassam não são os que não vieram do ensino especial, mas aqueles que acabarão indo para ele. Por exemplo, um aluno considerado “normal”, que enfrenta dificuldades em uma matéria específica pode passar a ser considerado “especial”, e passa a receber atendimento diferenciado, porém em uma análise mais minuciosa, verifica-se que este aluno é de fato “normal”, e que sua dificuldade é normal, como muitas que os estudantes enfrentam ao longo de sua vida acadêmica.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008 também aborda a questão da classificação de alunos e do valor da diversidade esclarecendo que:

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (MEC/SEESP, 2008).

Definir os alunos que carecem do atendimento adequado para o desenvolvimento acadêmico requerido por cada série de estudo é um grande passo no processo de ensino aprendizagem tanto de língua portuguesa como das demais áreas.

## **7 INCLUSÃO: AS PERSPECTIVAS PARA AS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.**

Para Guebert (2007, p.21) o “processo de inclusão precisa ser criativo, consciente, real e, principalmente individual. O ambiente escolar deve dar ênfase criação de momento interativos no qual a individualidade e a sociabilidade unam-se, criando desse modo, valores educacionais e metodologias de ensino que

possibilitem que alunos, de diferentes níveis cognitivos, aprendam em conjunto, sem que haja quaisquer tipos de segregação.

Conforme Baptista (2003, p. 53), os conhecimentos dos profissionais especializados não substituem nem orientam o conhecimento do professor, “não se trata, portanto, de conhecer profundamente ‘a deficiência’, como imaginam alguns educadores, mas de potencializar a ação técnica de referência para aquele que ensina”.

Escolas que se destinem a fazer uso de práticas educacionais com vistas a atendimento de necessidade educacionais especiais devem no alcance de uma educação inclusiva segundo Ferreira (2005):

[...] optar por um currículo educacional que se afastasse da educação escolar, implementando-a a partir de programas de treinamento de habilidades necessárias à vida diária ou à vida prática, cujos programas de intervenção educativa se caracterizavam por um atendimento de natureza individualizada, orientados pela pedagogia terapêutica, objetivando a superação das incapacidades pela intervenção sobre os pontos fracos. (FERREIRA, 2005, p. 69)

Segundo Figueiredo (2002) se faz necessária uma transformação na escola para efetivar a inclusão. É preciso abandonar modelos e práticas que discriminam qualquer aluno e anular a tentação de se apropriar de soluções paliativas. Figueiredo (2002, p. 68) ainda afirma “que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é o desenvolvimento do ser humano”.

É necessário reorganizar a práxis de aprendizagem de modo que as necessidades educativas sejam atendidas como afirma Perrenoud, 1995:

Diferenciar o ensino é organizar as interações de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam mais fecundas (...) Implica, pois, o desenvolvimento de caminhos diversos para que os alunos consigam atingir as metas escolares, por meio de um acompanhamento e percursos individualizados. (PERRENOUD, 1995, p.28-29)

Após uma organização do processo de ensino com vistas a atender as necessidades de aprendizagem dos diferentes tipos de alunos conforme os padrões necessários e fazendo o uso de língua portuguesa como instrumento desse processo que tanto requer atenção e trabalho para dissolução dessa carência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social para alunos é a saída para os problemas ocorridos por déficit de aprendizagem por alunos com alguma necessidade especial, como dizia Sasaki,1997, entretanto o tema discutível não é este e sim o fato de escolas publicas não possuírem suporte adequado para identificar e atender os alunos com necessidades especiais , sejam superdotados ou dotado de algum retardo, físico ou cognitivo, desse modo o que se vê são unidade educacionais com dificuldades de manutenção de alunos sem carência desse tipo de tratamento.

Ao passo que observamos escolas publicas com deficiência devemos compreender que a responsabilidade não pertence somente a elas uma vez que existe sistema de ensino que rege tais instituições, embora estas não possam ser isentas de tal responsabilidade.

Perante essas dificuldades, fica claro a necessidade de rever a formação dos professores de Língua Portuguesa. Tendo em vista que a língua se transforma constantemente, logo, é necessário que o professor de língua portuguesa tenha um conhecimento maior de como utilizar a linguagem de forma que os alunos adquiram competências para utilizar a língua corretamente diante das diversas situações em seu cotidiano.

A língua portuguesa apresenta-se como uma alternativa para o trabalho de inclusão uma vez que por meio de técnicas comunicativas e do uso da linguagem pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Ao passo que conseguirmos implementar um sistema educativo participativo e integrado entre escolas e poder publico aí sim com apoio de profissionais educadores qualificados permitir àqueles que requerem atenção especial condições adequadas de formação.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In. : MARASCHIN, C; FREITAS, L.B.L; CARVALHO, D.C. Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_, BRASIL. Resolução nº 2. Institui as diretrizes da educação especial na educação básica. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2001.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. Resignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva. In: Anais do IX Seminário capixaba de educação inclusiva – Resignificando conceitos e práticas: a contribuição da produção científica. Vitória: UFES, 2005.

GUEBERT, M.C.C. Inclusão: Uma realidade em discussão. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 57-72.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, L.S. A formação Social da Mente - Psicologia e Pedagogia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.